



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE MACAÉ
Macaé Capital do Petróleo
Lei Estadual nº 6081 de 21.11.2011
TAQUIGRAFIA
REVISÃO-REDAÇÃO

1 **ATA da 2ª (segunda) Audiência Pública (Alteração do Código de Urbanismo e**
2 **Revogação da Lei do Parque Natural do Estuário do Rio Macaé) do 1º (primeiro)**
3 **Período Legislativo de 2017 (dois mil e dezessete) da Câmara Municipal de Macaé,**
4 **Estado do Rio de Janeiro.** Aos 20 (vinte) dias do mês de março do ano de 2017 (dois
5 mil e dezessete), na Sala das Sessões, às dezoito horas, assumiu a Presidência o Vereador
6 Júlio César de Barros (Julinho do Aeroporto). Compareceram os Vereadores: Alan
7 Mansur Pereira (Alan Mansur), José Queiróz dos Santos Neto (Neto Macaé), Marcel
8 Silvano da Silva Souza (Marcel Silvano), Márcio Soares Bittencourt (Dr. Márcio
9 Bittencourt), Marvel Paolino Maillet (Marvel Maillet), Maxwell Souto Vaz (Maxwell
10 Vaz), Valdemir da Silva Souza (Val Barbeiro). O Sr. Presidente informou que discutirão
11 as alterações do Projeto nº 141/2010. Convidou para compor a Mesa Diretora a Sra.
12 Alessandra Ribeiro Aguiar – Secretária Municipal Adjunta de Habitação, Sra. Mariana
13 Meireles – Assistente Jurídica da Secretaria de Meio Ambiente, Sra. Livia Souza –
14 Subsecretária Municipal de Ambiente, Sr. Francisco das Chagas Alencar Filho –
15 Presidente da Associação de Moradores do Rio Novo, Dr. Leandro Mitidieri – Procurador
16 da República do Ministério Público Federal, Sr. Jader Gomes de Souza, representando a
17 Secretaria de Habitação, Sr. Neucemir Francisco Lima Júnior – Presidente da Associação
18 de Moradores do Parque Aeroporto. Convidou as lideranças de bairros, Sr. José Carlos e
19 Sr. Roberto. Concedeu a palavra ao Vereador Maxwell Vaz, Presidente da Comissão de
20 Meio Ambiente. Com a palavra, o Vereador Maxwell Vaz saudou todos os presentes,
21 dizendo que entendeu que o Ministério Público encontrou uma forma de resolver o
22 problema da Ilha Leocádia e do Rio Novo, pois o governo federal encontrou formas de
23 assentar o povo e preservar o manguezal. Preparou uma apresentação e a exibiu, iniciando
24 com a publicação oficial da Audiência Pública, o TAC (Termo de Ajustamento de
25 Conduta) e o Projeto de Lei nº 01/2017. Explicou os slides, dizendo que há previsão de
26 uma inclusão, pois só há uma transformação de nomenclatura. Esclareceu que o Artigo
27 2º revoga um inciso, pois querem preservar a vegetação e a comunidade. Disse que a lei
28 do estuário do Rio Macaé deve ser revogada e o Artigo 4º transforma a área em zona de
29 interesse social. Mostrou a Ilha Leocádia no mapa, exibindo foto aérea tanto da Ilha
30 Leocádia quanto da Comunidade Rio Novo, especificando as partes de interesse social e
31 ambiental. Explicou o Artigo 101, dizendo que precisa ser mudado porque está com a
32 numeração errada. Fez exibição de um vídeo explicativo sobre a vida e a função ecológica
33 do manguezal, falando sobre a consciência ecológica, pois a Secretaria de Ambiente apoia
34 os assentamentos, porém precisam da contribuição dos moradores para a preservação do
35 mangue. Comentou que a linha férrea faz a divisão da Ilha Leocádia e da Comunidade
36 Rio Novo, explicando que precisam mudar e incluir novas ZEISs (Zonas Especiais de
37 Interesse Social) no parâmetro urbanístico que não ficou definido, por isso pedem aos
38 vereadores que apresentem Emendas ao projeto com essas alterações. Encerrou sua
39 participação reforçando que a intenção da comissão é a construção de um pacto de

Página 1 de 8



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE MACAÉ
Macaé Capital do Petróleo
Lei Estadual nº 6081 de 21.11.2011
TAQUIGRAFIA
REVISÃO-REDAÇÃO

40 preservação do mangue. O Sr. Presidente informou que vai cumprir o tempo regimental,
41 dizendo que a preservação do mangue é muito importante, mas precisam dar condições
42 dignas para aquelas pessoas. Colocou que fizeram visitas com o Vereador Luciano Diniz
43 e com o ex-Vereador Manoel Francisco da Silva Neto, dizendo que não sabe se cabem
44 Emendas nesse projeto, pois, no mesmo, já consta que a área que é zona de interesse
45 ambiental será transformada em zona de interesse social, aí poderão fazer obras. Mas
46 existe um chamamento para licitação de tela de cerca para limitar o mangue. Na lei parece
47 genérico, mas no edital está bem limitado. Comentou que o Vereador Dr. Márcio
48 Bittencourt esteve lá e viu o local. Com a palavra, o Vereador Dr. Márcio Bittencourt
49 disse que é muito importante que essa obra seja feita e aprendam a ter harmonia entre
50 ambiente e sociedade. Colocou que esteve naquela comunidade para convidar a
51 população para esta Audiência, esclarecendo que o sustento deles deve ser preservado,
52 assim como a área rural. Precisam estimular o turismo com as belezas naturais que Macaé
53 possui e os moradores locais são fundamentais nesse processo. Com a palavra, o Vereador
54 Alan Mansur saudou todos, dizendo que é necessário preservar o ecossistema, porém,
55 quem anda nas comunidades observa que a infraestrutura é precária. Ressaltou o trabalho
56 dos Vereadores Julinho do Aeroporto e Luciano Diniz e do ex-vereador Manoel
57 Francisco, que são grandes lutadores daquela comunidade. Com a palavra, o vereador Val
58 Barbeiro saudou todos, dizendo da importância da preservação ambiental, pois não
59 podem permitir a degradação, já que daquele mangue sai o sustento de inúmeras famílias.
60 Parabenizou o ex-Vereador Manoel Francisco por ser um incansável lutador daquela área,
61 e lutam por melhorias para os moradores, mas precisam da colaboração de todos para a
62 preservação ambiental, por isso solicita uma grande participação popular nesses
63 questionamentos. Apoiou o projeto, lembrando que o Bairro Novo Horizonte também
64 sofre com o mesmo problema. Com a palavra, o Vereador Luciano Diniz disse que esse
65 projeto dará muita alegria a todos. Foi elaborado por ele, por Julinho do Aeroporto e pelo
66 ex-Vereador Manoel Francisco, e após muitas conversas, conseguiram o convencimento
67 da justiça do quanto era difícil fazer a remoção de todas aquelas famílias. Sabiam que
68 reverter uma decisão de âmbito federal seria muito difícil, mas conseguiram, pois são
69 inúmeras residências naquela localidade e o Ministério Público conseguiu convencer o
70 Poder Judiciário a rever sua decisão. Portanto, hoje comemoram um fato que se iniciou
71 na legislatura passada. Com a palavra, o Vereador Marvel Maillet disse que ficou feliz
72 em ver o projeto nesta Casa, sabendo que será aprovado. Pediu investimentos para os
73 bairros no entorno da Ilha Leocádia e parabenizou a população presente nesta audiência,
74 convidando todos para assistirem às reuniões ordinárias e parabenizou também os
75 vereadores que iniciaram essa luta. Com a palavra, o Vereador Marcel Silvano saudou
76 todos os presentes, dizendo que é uma população que vive em situação precária. Colocou
77 que esteve, junto com o Vereador Maxwell Vaz, buscando o TAC, no Ministério Público,
78 solicitado pelos moradores da comunidade do Rio Novo, pois eles não conseguem a

Página 2 de 8



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE MACAÉ
Macaé Capital do Petróleo
Lei Estadual nº 6081 de 21.11.2011
TAQUIGRAFIA
REVISÃO-REDAÇÃO

79 instalação de energia elétrica em suas casas. Falou da necessidade de que todos tenham
80 toda a documentação preparada para que o Projeto de Lei seja votado de acordo com as
81 necessidades de cada área. Ressaltou que devem ter cuidado junto com os órgãos
82 responsáveis e precisam aprovar esse projeto o mais rápido possível, mas não querem que
83 aconteça lá o que aconteceu na Zona de Interesse Industrial, que foi aprovada, não
84 sancionada nem promulgada, mas tem certeza de que a Câmara conduzirá da melhor
85 forma essa tramitação. Com a palavra, o Vereador Neto Macaé falou que esse Projeto de
86 Lei é de extrema importância, pois conhece a realidade local. Lembrou que essa situação
87 é parecida com a de outras comunidades que possuem falta de água, de saneamento
88 básico, de luz etc. Reconheceu a dificuldade que os moradores têm para resolver coisas
89 básicas e, como todos têm deveres e direitos, o Município também tem e é preciso ver
90 essas necessidades. Ressaltou a importância da preservação do manguezal, pois é o berço
91 natural para reprodução dos animais. Disse que é muito importante que os pescadores e a
92 população ribeirinha possam ajudar na preservação ambiental. Colocou-se à disposição
93 para a comunidade dizendo que ajudará em tudo que for possível. Com a palavra, o Sr.
94 José Carlos disse que é Presidente da Associação de Moradores do Rio Novo e viu muitos
95 pareceres divergentes sobre aquela área, mas informou que a Associação tem CNPJ, tem
96 Utilidade Pública e é registrada em cartório. Ficaram muito tempo sem saber o que fazer,
97 pois as famílias residentes na localidade vivem da agricultura e da pesca, e há pescadores
98 de fora, legalizados e com carteirinha, que pescam ali e levam o seu pescado para ser
99 vendido em seus locais de origem. E quando surgiu o projeto para cercar a comunidade,
100 ficou muito preocupado e foi conversar com o Ministério Público. Explicou que os
101 moradores daquela localidade já usam a estratégia da preservação do mangue e até são
102 fiscalizadores. Comentou que, em 2005 (dois mil e cinco), a associação foi até o Poder
103 Estadual e, na época, mandaram um topógrafo para fazer a delimitação da área que é a
104 comunidade e a área que deve ser preservada. Nessa data, a associação se organizou junto
105 com a comunidade e o mangue foi preservado. Disse que as fotos aéreas não são precisas
106 e às vezes, apontam desmatamentos e, na realidade, é a própria vegetação natural que cria
107 pequenas ilhas com ramagens. Comentou que o problema maior é a falta de energia
108 elétrica e de saneamento básico. Tiveram problemas judiciais, mas não têm recursos
109 financeiros para se defenderem e este ano foram ao Ministério Público solicitar alteração
110 da delimitação dessas áreas. Possui cópia do projeto e verificou as alterações feitas, por
111 isso solicitou que os moradores providenciassem postes, uma vez que a Ampla poderia
112 fornecer energia elétrica de acordo com as alterações. Fizeram 190 (cento e noventa)
113 padrões com novos cadastros na Ampla. Lembrou que, na Ilha Leocádia, há CEP (Código
114 de Endereçamento Postal), mas não funciona entrega dos correios. Mas pegaram a carta
115 de cadastro da Ampla e iam à Secretaria de Ambiente, mas lá ninguém autorizava a
116 implantação da energia elétrica. E aí os moradores gastaram dinheiro com os padrões e
117 continuam sem energia elétrica. Repetiu que não é desejo da comunidade perder seu

Página 3 de 8



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE MACAÉ
Macaé Capital do Petróleo
Lei Estadual nº 6081 de 21.11.2011
TAQUIGRAFIA
REVISÃO-REDAÇÃO

118 padrão de agricultores, pois se entrarem para a zona urbana não poderão criar seus
119 animais, nem fazer suas colheitas. Só querem ter mais dignidade para viver. Com a
120 palavra, o Sr. Roberto saudou todos dizendo que esta Audiência Pública é muito
121 importante para a Ilha Leocádia, pois o processo está muito lento. Comentou que há um
122 TAC assinado, mas o Município não está cumprindo a sua parte. Foi construída uma ponte
123 no local, mas enfrentam muita dificuldade com os serviços públicos básicos, como as
124 fossas que ficam cheias, e o caminhão que entra lá é para atender pedido de vereador,
125 portanto, limpando somente alguns locais. Informou que não é bem tratado na Secretaria
126 de Serviços Públicos, do Secretário Célio Chapeta, denunciando, até, que foi ofendido
127 com palavras de baixo calão pelo Sr. Sérgio Bizzo. Disse que foi o fundador da Ilha
128 Leocádia, sendo morador há dezoito anos, e nunca recebeu nenhum recurso financeiro do
129 Prefeito Dr. Aluizio. Esclareceu que a subprefeitura, que fica na comunidade vizinha, tem
130 que ser para todos, não só para alguns. Com a palavra, o Sr. Francisco saudou todos,
131 dizendo que é conhecido como *Careca do Rio Novo*, quer esclarecer a delimitação entre
132 área rural e de preservação ambiental. O Sr. Presidente disse que esclarecerão essa dúvida
133 posteriormente. Com a palavra, o Dr. Leandro informou que está na função de Procurador
134 da República junto ao Ministério Público Federal, junto com o Dr. Flávio Reis e tiveram
135 uma reunião com moradores, na qual determinaram uma nova visita ao local. Colocou
136 que houve uma evolução no TAC assinado anteriormente, pois antes a visão era só
137 preservacionista e agora buscam a harmonia entre os humanos e o meio ambiente. Disse
138 que, em abril, terão uma ação coordenada de preservação ambiental, pois vários novos
139 projetos precisam ser analisados. Tentam harmonizar meio ambiente e comunidade
140 tradicional. Explicou que cuidam do índio, do quilombola e do pescador artesanal e neste
141 caso, mesmo sofrendo restrições, conversaram que o melhor é delimitar a área, criando
142 faixas de proteção cercadas, porém, com permissão para atividade tradicional não
143 predatória. Disse que o problema maior é a questão de quem vai ficar na localidade, pois
144 há famílias que receberão permissão para ficar, outras não. E para que as famílias que vão
145 ficar lá tenham condições de preservar o meio ambiente, primeiramente precisam ter
146 saneamento básico. Esse é o caminho no qual já existe concordância do Ministério
147 Público pela urbanização e por isso precisam agora cobrar infraestrutura de acordo com
148 um novo TAC. Colocou-se a disposição para auxiliar no que estiver a seu alcance. Com
149 a palavra, a Secretária Municipal de Ambiente, Alessandra Aguiar, saudou todos fazendo
150 um pequeno histórico desse processo, que é acompanhado por ela há quinze anos.
151 Explicou que houve um TAC assinado no ano de 2001 (dois mil e um) que foi sendo
152 alterado ao longo dos anos, e a área foi transformada em ZEIS de acordo com o Estatuto
153 da Cidade e, por isso, necessitaria de um olhar diferenciado, mas com parâmetros urbanos.
154 Comentou que isso também aconteceu como Bairro Lagomar, que após a regulamentação
155 passou a ter o critério de zona social. Esse estudo recebeu a contribuição dos vereadores
156 Julinho do Aeroporto, Luciano Diniz e Manoel Francisco, pois tinham um impasse já que

Página 4 de 8



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE MACAÉ
Macaé Capital do Petróleo
Lei Estadual nº 6081 de 21.11.2011
TAQUIGRAFIA
REVISÃO-REDAÇÃO

157 havia o TAC e uma ordem do Ministério Público, isso no ano de 2013 (dois mil e treze).
158 Os moradores perguntavam se iriam sair, e ninguém sabia responder. Ressaltou que, no
159 ano de 2011 (dois mil e onze), na assinatura do TAC, tinham cento e cinquenta famílias
160 e, atualmente, são aproximadamente setecentas e cinquenta famílias. Disse que, em julho
161 de dois mil e quatorze, veio uma equipe de Brasília para a Ilha Leocádia, para que fosse
162 feito um novo TAC. Foi pedida uma revisão, um novo laudo técnico e isso foi liberado
163 em dois mil e quinze. Nesse novo TAC, a Ilha Leocádia e a comunidade Rio Novo têm
164 características diferentes e, mesmo sendo área de interesse social, sempre existirão as
165 APAs (Áreas de Proteção Ambiental), mas viram que a questão social se sobrepõe a
166 ambiental. Reportou-se à comunidade Águas Maravilhosas, que surgiu em cima de um
167 lixão. Mas, na Ilha Leocádia, será muito difícil retirar 750 (setecentas e cinquenta) casas,
168 até mesmo para transportar o entulho dessa demolição. Disse que vão definir as zonas de
169 preservação, de remoção e de direito à moradia. Todos sabem que não conseguirão
170 urbanizar de um dia para o outro, mas hoje já tem a certeza de que alguns moradores
171 podem investir em suas casas. Fizeram proposta de remoção de alguns moradores do Rio
172 Novo e de que os que ficassem seriam os agentes ambientais fiscalizadores do mangue.
173 Comentou que a Secretaria de Habitação vai cumprir o que está escrito, entregando seu
174 diagnóstico até julho deste ano. Já formalizaram o pedido junto ao INEA (Instituto
175 Estadual do Ambiente) para que sejam feitas as demarcações das APAs, pois o
176 diagnóstico necessita dessas demarcações. Com a palavra, a Sra. Livia Souza iniciou
177 respondendo ao Sr. Francisco que aquela área só é considerada rural porque é uma área
178 de conservação inserida no estuário do Rio Novo, mas se a lei for extinta a área rural
179 deixa de existir e ações podem ser feitas. Explicou que o cercamento do mangue é uma
180 medida preventiva para coibir ações de depredação e, assim, garantir que a atividade
181 tradicional seja perpetuada. Reportou-se à APA do Sana, que tem a urbanização e turismo
182 junto com a conservação ambiental. Reforçou o entendimento de conciliar o uso da
183 comunidade com a preservação do mangue, que é um grande berçário de peixes com
184 enorme biodiversidade que não é encontrada em outra área, e o mangue está presente ao
185 longo de toda a extensão do Rio Macaé, por isso precisam preservar esse bioma; e o
186 Município de Macaé é privilegiado, pois possui região costeira, mangue e restinga.
187 Comentou que uma das ações do TAC é criar a unidade de uso e preservação sustentável,
188 e esse estudo receberá todos os procedimentos, discussões com a comunidade e órgãos
189 competentes. Com a palavra, a Sra. Mariana disse que as áreas de preservação ambiental
190 são criadas pela lei do Código Florestal e nas APAs não pode haver supressão, mas se
191 revogarem essa lei regularizarão a situação. Disse que a questão da energia deve ser
192 acertada depois da aprovação dessa lei. O Sr. Presidente franqueou a palavra ao público.
193 Com a palavra, o Sr. Fernando Marcelo disse que foi Secretário de Ambiente de 2005
194 (dois mil e cinco) até 2007 (dois mil e sete) e já existia o TAC de urbanização, e tentavam
195 o convencimento dos moradores à remoção, mas viram que era uma situação muito

Página 5 de 8



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE MACAÉ
Macaé Capital do Petróleo
Lei Estadual nº 6081 de 21.11.2011
TAQUIGRAFIA
REVISÃO-REDAÇÃO

196 complicada, e aí o governo municipal, na época, criou programas habitacionais e eram
197 muito menos famílias do que hoje. Tinham muita preocupação com a segurança do
198 Município, por isso tentaram impedir a criação de um arco entre a localidade das Malvinas
199 e outras favelas. Comentou que o TAC do Lagomar ainda não foi cumprido e isso o
200 motivou a falar, sugerindo que o governo municipal estabeleça um controle migratório, e
201 isso pode estar contido no próprio TAC. Com a palavra, o Sr. Juvenal, ex-Presidente da
202 Associação de Moradores das Malvinas, que lembrou de sua luta para dragar o Rio das
203 Malvinas, quando moradores precisaram entrar no rio para ajudar na limpeza. Perguntou
204 quando a obra da Ilha Leocádia vai ser realizada. Foi Presidente da Associação de
205 Moradores das Malvinas e participou do Orçamento Administrativo, e nada foi feito.
206 Disse que estão cansados de lutar, não têm água, pisam na lama, por isso querem saber
207 quando realizarão essa obra. Disse que lá tem que ser área rural, porque os moradores
208 criam vários animais. Não sabe por que o Lagomar foi concluído e nas Malvinas nada foi
209 feito. Desabafou dizendo que várias vezes procurou o Prefeito e nada aconteceu.
210 Observou que os candidatos a vereador aparecem antes das eleições e depois somem, e
211 não sabe até quando vão ficar nesse impasse. Com a palavra, o Sr. José Carlos Lima,
212 morador da Comunidade Rio Novo, disse que eles têm muitas dificuldades e até
213 conseguem resolver algumas coisas. Comentou que respeitam os limites, a linha do rio,
214 porém o povo não pode ficar no escuro. Disse que já são mais de dezoito anos sem
215 energia, e os vereadores durante a campanha vão lá e só prometem e nada fazem. Colocou
216 que compram água, mas a luz não conseguem comprar. Pediu providências dos órgãos
217 competentes e, se não resolverem, virão para a Prefeitura e para a Câmara gritar que
218 querem luz. Com a palavra, a Sra. Alessandra Aguiar respondeu ao Sr. Fernando Marcelo
219 que o processo migratório é tratado pela Secretaria de Desenvolvimento Social, e estão
220 criando projetos habitacionais e ampliando o TAC. Colocou que é Secretária de Habitação
221 desde 2013 (dois mil e treze) e, na época, eram impedidos judicialmente de fazer alguma
222 coisa. Precisam cuidar de programas habitacionais e não podem deixar ocupar o
223 manguezal. Informou que só agora o Município foi liberado pelo TAC e a previsão de
224 entrega do diagnóstico ao Ministério Público é para julho deste ano e, só depois disso,
225 poderão fazer algumas obras, pois todos sabem que a urbanização do mangue é complexa.
226 Calculou que necessitarão de alguns milhões para realizar obras na Ilha Leocádia e que
227 devem ser previstos na LOA (Lei Orçamentária Anual). Disse que, hoje, o Ministério
228 Público liberou a área, mas as obras só iniciarão depois do diagnóstico feito. Informou
229 que o INEA ainda vai fazer a demarcação para evitar que pessoas invistam em material
230 para rede elétrica e depois sejam removidas. Com a palavra, o Vereador Dr. Márcio
231 Bittencourt agradeceu ao Dr. Leandro, que teve muita sensibilidade para atender aquela
232 comunidade e já tem nova visita agendada tanto para a Ilha Leocádia quanto para o Rio
233 Novo. Pediu que agilizem a questão da energia elétrica, pois há mais de mil famílias
234 morando nessa comunidade e os moradores já têm um descrédito em relação aos órgãos

Página 6 de 8



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE MACAÉ
Macaé Capital do Petróleo
Lei Estadual nº 6081 de 21.11.2011
TAQUIGRAFIA
REVISÃO-REDAÇÃO

235 públicos, por isso solicitou a colaboração do Dr. Leandro para que essa visita possa ocorrer
236 o mais rápido possível. Com a palavra, o Dr. Leandropediou que realizem essa visita,
237 porém falou do estudo que precisa ser concluído para que os moradores saibam onde pode
238 haver construção. Ouviu que o diagnóstico foi marcado para julho, mas pelo mapa
239 conseguiu ver alguma coisa e, no mês passado, foi decidido que a família que tem a
240 certeza de que poderá ficar no local já pode iniciar sua regularização fundiária. Disse que
241 não se pode começar pelo final e encontraram situações contrárias e já teve atuações em
242 mansões localizadas em áreas da marinha, que necessitam de explicações. Mas, no caso
243 da Ilha Leocádia, já caminharam para um estudo de que algumas áreas já podem ser
244 definidas, necessitando apenas de um estudo mínimo e não será sua visita que vai decidir
245 quais são essas casas, mas é o diagnóstico e, como o prazo de entrega é só em julho, pede
246 que tentem antecipá-lo. Com a palavra, a Sra. Alessandra Aguiar respondeu que podem
247 tentar fazer um diagnóstico das residências que já têm certeza de que ficarão no local.
248 Perguntou ao Procurador do Ministério Público se poderiam firmar um acordo para liberar
249 apenas as casas que não estão em área de proteção. Com a palavra, o Dr. Leandro disse
250 que esse foi o objeto da reunião, mas é uma questão bem profissional. Colocou que o
251 fornecimento de energia elétrica faz parte da regularização daquela área e precisam
252 resolver quem pode ficar e quem vai sair, para que as pessoas possam fazer investimentos.
253 E não é o Ministério Público que irá resolver isso. Com a palavra, a Sra. Alessandra
254 Aguiar colocou que, quando a Câmara aprovar a matéria, transformando aquela área em
255 consolidada, fazer uma ZEIS e aí eles não precisarão sair daquela área. Com a palavra, o
256 Dr. Leandro disse que não se referiu a isso. Com a palavra, a Sra. Alessandra Aguiar disse
257 que irão fazer, então, o diagnóstico antes de julho e, assim, essa liberação poderá sair.
258 Disse que vai pedir um adendo jurídico para demonstrar ao Ministério Público qual é a
259 área consolidada. Com a palavra, o Dr. Leandro disse que, primeiramente, a área precisa
260 sair da alçada do Estado, e é uma discussão técnica, que se inicia com o parecer jurídico,
261 e não é o Ministério Público que vai dizer o que vai ser regularizado ou não, lembrando
262 que o Dr. Flávio já tinha falado isso e sugeriu que o parecer público defina tudo isso. Com
263 a palavra, a Sra. Lívia disse que precisam fornecer a certidão de regularidade ambiental e
264 é proibido qualquer tipo de obra enquanto o local for um parque ambiental e, para isso
265 mudar, precisam revogar a lei. Comentou que se a área for de preservação permanente
266 não conseguirão essa certidão e, se os moradores não possuírem documentos
267 comprobatórios de que são donos, o INEA solicitou que não liberem a certidão. O Sr.
268 Presidente registrou a presença do Presidente da Associação de Moradores do Parque
269 Aeroporto, afirmando que a Câmara vai aprovar esse projeto para que os próprios
270 moradores possam atuar na fiscalização, e realmente precisam acelerar esse processo.
271 Com a palavra, o Vereador Maxwell Vaz agradeceu ao Sr. Presidente e agradeceu também
272 a presença do Ministério Público, dos representantes das comunidades envolvidas,
273 dizendo que a intenção de todos é a mesma, sempre preservando aquele fragmento de

Página 7 de 8



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE MACAÉ
Macaé Capital do Petróleo
Lei Estadual nº 6081 de 21.11.2011
TAQUIGRAFIA
REVISÃO-REDAÇÃO

274 manguezal. Reportou-se à fala do Sr. José Carlos, da comunidade do Rio Novo, sobre o
275 manguezal e a importância de preservá-lo. Souberam que há várias áreas de interesse
276 ambiental que não podem receber investimentos e, com isso, a população sofre com a
277 falta de energia, ficando sem ter as necessidades básicas atendidas, por isso solicitou que
278 não desistam de lutar. Comentou que Macaé tem excesso de arrecadação e essas obras
279 podem ser feitas. Comentou que o Projeto de Lei é bom, mas precisa ser aprimorado, pois
280 faltam os parâmetros para uso comercial, entre outros, e assim essa lei poderá ser
281 executada, beneficiando a população local. Nada mais havendo a ser tratado, o Sr.
282 Presidente, em nome de Deus, encerrou a Sessão, determinando a lavratura da presente
283 Ata, conforme segue, regimentalmente assinada, estando a gravação integral da sessão a
284 disposição em meio digital.